

A política nacional de reorientação da formação profissional em saúde: inflexões nas relações institucionais e nos papéis dos atores envolvidos.

Henrique Sant'Anna Dias, Luciana Dias de Lima, Márcia Teixeira

**Introdução:** Em 2003, a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde marcou a aproximação dos campos da Saúde e da Educação, tornando-se estratégica no desenvolvimento de políticas para reorientar o processo de formação profissional em saúde. As iniciativas no âmbito do VER-SUS e AprenderSUS (2004) abordavam a importância do sistema de saúde como um espaço de ensino-aprendizagem, para além da instituição acadêmica. A partir dessas experiências, se instituiu, em 2005, uma cooperação técnica entre os Ministérios da Saúde e da Educação para a formação e desenvolvimento dos recursos humanos em saúde no Brasil. Neste mesmo ano, é lançado o Programa de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), estruturado como uma das iniciativas de maior amplitude e delineamento das ações para a mudança na graduação das profissões de saúde no país. Na sua primeira edição, o Pró-Saúde contemplou os cursos de medicina, odontologia e enfermagem, passando por uma ampliação para os demais cursos de saúde em 2007. Ainda neste ano, houve o lançamento do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (Pet-Saúde), cuja criação caracterizou-se pelo aprimoramento e ampliação do Pró-Saúde, o alinhamento dos seus objetivos e o desenvolvimento de novos mecanismos de incentivo financeiro. Ambos os programas fazem parte do conjunto de iniciativas que compõem a política nacional de reorientação da formação profissional em saúde, estando estes orientados para os cursos de graduação em saúde. As diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde constituem-se enquanto referencial das ações para a formação dos trabalhadores da saúde, ocupando, dessa forma, posição transversal no desenvolvimento destas iniciativas de reformulação da formação profissional para o SUS. De modo geral, estas ações apresentam os seguintes eixos norteadores: (1) a integração ensino-serviço, com vistas à evidenciamento dos campos de práticas, em prol da aproximação do mundo acadêmico com a realidade dos serviços de saúde. Destaca-se, nesse eixo, a necessidade de articulação dos gestores municipais e estaduais com a academia para a construção dos projetos de reformulação do ensino e das práticas em serviço, bem como para a gestão dos recursos financeiros e implementação dos programas; (2) o desenvolvimento do conceito de integralidade em saúde como reorientador das práticas dentro do processo de formação profissional para o SUS; e (3) a reformulação do projeto pedagógico dos cursos de graduação, em especial no que concerne à implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais. **Objetivos:** O objetivo geral deste trabalho foi analisar a política nacional de reorientação da formação profissional em saúde. Como objetivos específicos, buscou-se identificar as inflexões no campo da gestão da educação na saúde; e compreender as repercussões para a institucionalidade da política, observando suas orientações cognitivas e diretrizes normativas, os atores mobilizados, as relações inter-institucionais, bem como as estratégias e os instrumentos propostos, no bojo da integração ensino-serviço. **Metodologia:** A estratégia metodológica compreendeu o levantamento e a análise do conteúdo dos documentos referentes à estas ações, como forma de contextualizar e compreender a construção das diretrizes de implementação da política, em especial o Pró-Saúde e o Pet-Saúde. Tais documentos englobam as portarias que instituíram os programas Pró-saúde e Pet-saúde, as diretrizes da Política de Educação Permanente em Saúde, os editais para seleção de projetos, textos de apoio, informes, manuais, relatórios e demais publicações concernentes à temática e a legislação em vigor. Foram analisados os documentos referentes à política de

reorientação da formação profissional em saúde entre os anos de 2005 e 2010, e os textos das diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde dos anos de 2004 e 2007, buscando observar as inflexões trazidas pela política para o campo da gestão da educação na saúde; e os aspectos determinantes para a institucionalidade da política. **Resultados:** De forma geral, foram observadas quatro principais inflexões, demarcadas (1) pela institucionalização da parceria estratégica entre os Ministérios da Saúde e da Educação, no ano de 2005; (2) pela ampliação do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) e as mudanças no processo de seleção e construção dos projetos das instituições envolvidas, entre os anos de 2005 e 2007; (3) por alterações nas diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, cuja operacionalização foi substituída dos Pólos de Educação Permanente (2004) para os Colegiados de Gestão Regional por meio das CIES – Comissões Permanentes da Integração Ensino-Serviço (2007) e o aprimoramento das suas bases conceituais; e por fim, (4) pelo lançamento do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (Pet-Saúde) em 2007/2008, delineando novas abordagens pedagógicas, no âmbito da integração ensino-serviço e, mais recentemente (2009/2010), a criação de grupos tutoriais temáticos e novas diretrizes de implementação. Em seu conjunto, estas inflexões tenderam a alterar os papéis dos atores inseridos na construção da política, em especial, no que tange à elaboração conjunta de projetos reformuladores da formação profissional em saúde, ao entendimento do serviço como campo pedagógico e de prática profissional e à gestão dos recursos financeiros para implantação das propostas. No que diz respeito a institucionalidade da política, a ampliação, tanto para os outros cursos da área da saúde quanto do número de cursos proponentes representou uma evolução na participação dos estados e municípios compondo os projetos. No âmbito do Pró-Saúde, houve um aumento de noventa para mais de duzentos e sessenta cursos participantes, entre os anos de 2005 e 2007. Para o Pet-Saúde, em 2007 foram aprovados em torno de oitenta projetos, com o incremento para cento e onze projetos, em 2010. Os programas orientam-se a partir da necessidade de induzir mudanças na formação dos profissionais da área da saúde, como forma de torná-los aptos a responder às necessidades de saúde da população, caracterizando-a como tendo uma direcionalidade ético-humanista. A análise das principais diretrizes normativas da política a elucida como um mecanismo indutor de reformulação da formação em saúde, envolvendo o estabelecimento de requisitos e critérios para adesão institucional à proposta e mecanismos de acompanhamento e avaliação da implementação dos projetos. No decorrer da construção das iniciativas no âmbito da política de reorientação da formação profissional em saúde, identificou-se novos arranjos nas relações das instituições envolvidas no processo - a universidade, o serviço de saúde e a gestão do sistema – com incorporação e valorização das instâncias decisórias do SUS. Neste cenário, novos atores institucionais têm sido reconhecidos como importantes no contexto de implementação da política, participando efetivamente da formulação dos projetos, na gestão dos recursos financeiros e ainda, na valorização das suas capacidades pedagógicas. Entende-se, dessa forma, a importância do estabelecimento de articulações inter-institucionais, por meio das quais evidenciam-se os papéis de cada um dos atores, seus interesses, aceitações, divergências e convergências. **Considerações finais:** Nesse sentido, se observa que a política nacional de reorientação da formação profissional em saúde estabelece mudanças organizacionais, visualizadas com a criação e/ou o desenvolvimento de estruturas do processo decisório em todas as instituições envolvidas, visando a implantação, o acompanhamento e a avaliação dos programas. Assim, verifica-se o estabelecimento de novos mecanismos de diálogo intra e interinstitucional, evidenciando os distintos

interesses dos atores e as tensões inerentes a esta articulação, em especial entre a Academia e os gestores locais do SUS, no que concerne ao alinhamento das ações no campo da Saúde e da Educação.